

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.473.228 - ES (2019/0081085-2)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL**  
**AGRAVADO : UNIMED VITÓRIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**  
**ADVOGADOS : LILIANE NETO BARROSO - RJ148054**  
**PAULA REGINA GUERRA DE RESENDE COURI - RJ164399**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de FAZENDA NACIONAL, com base na alínea "a" do permissivo constitucional, contra decisão que inadmitiu recurso especial, o qual desafia acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região assim ementado (e-STJ fl. 554):

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. UTILIZAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS PARA PAGAMENTO À VISTA DE DÉBITOS INCLUÍDOS EM PARCELAMENTO FISCAL. LEI Nº 11.941/2009.

1. O juízo *a quo* determinou a conversão em renda da UNIÃO dos valores em depósito judicial, mas com os descontos pelo pagamento à vista, de que trata a Lei nº 11.941/2009 (REFIS). Esse entendimento foi confirmado na decisão monocrática.

2. A UNIÃO, em agravo interno, pleiteia a reforma da decisão monocrática com o argumento de que a contribuinte (Agravada) não teria direito aos benefícios do pagamento à vista (com descontos) de que trata a Lei nº 11.941/2009 porque descumpria o prazo para manifestar sua opção pelo pagamento à vista com a utilização de depósito judicial, que era até 30/11/2009.

3. O art. 7º, *caput*, da Lei nº 11.941/2009 estabeleceu que "A opção pelo pagamento a vista ou pelos parcelamentos de débitos de que trata esta Lei deverá ser efetivada até o último dia útil do 6º (sexto) mês subsequente ao da publicação desta Lei". Contudo, o art. 17 da Lei nº 12.865/2013 alterou a norma daquele dispositivo para prorrogar o prazo para o pagamento à vista, nestes termos: "Fica reaberto, até 31 de dezembro de 2013, o prazo previsto no §12 do art. 1º e no art. 7º da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009".

4. Nos termos do art. 10 da Lei nº 11.941/2009, com a redação dada pela Lei nº 12.024/2009, "Os depósitos existentes vinculados aos débitos a serem pagos ou parcelados nos termos desta Lei serão automaticamente convertidos em renda da União, após aplicação das reduções para pagamento a vista ou parcelamento".

5. Desprovido o agravo interno oposto pela UNIÃO.

No apelo nobre, a recorrente aponta a violação do art. 7º da Lei 11.941/2009 e do art. 17 da Lei 12.685/2013. Sustenta que, na presente hipótese, ocorreu um julgamento *ultra petita* (vedado pelo art. 492 do CPC/2015), e a decisão do referido acórdão ignorara os artigos supracitados em seu corpo decisório.

Contrarrazões apresentadas.

Interposto agravo, devidamente contraminutado.

Passo a decidir

Inicialmente, destaco que conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista (Enunciado Administrativo 3 do STJ).

Dito isso, consigno o que decidiu o acórdão recorrido, no que interessa (e-STJ fl. 552):

A UNIÃO questiona a decisão monocrática com o argumento de que a Agravada não teria direito aos benefícios do pagamento à vista (com descontos) de que trata a Lei nº 11.941/2009 (REFIS) porque descumprira o prazo para manifestar sua opção pelo pagamento à vista com a utilização de depósito judicial, que era até 30/11/2009.

As alegações apresentadas pela UNIÃO podem ser rebatidas principalmente com dois argumentos.

Primeiro. O art. 7º, *caput*, da Lei nº 11.941/2009 estabeleceu que "A opção pelo pagamento a vista ou pelos parcelamentos de débitos de que trata esta Lei deverá ser efetivada até o último dia útil do 6º (sexto) mês subsequente ao da publicação desta Lei".

Contudo, o art. 17 da Lei nº 12.865/2013 alterou a norma daquele dispositivo para prorrogar o prazo para o pagamento à vista, nestes termos: "Fica reaberto, até 31 de dezembro de 2013, o prazo previsto no §12 do art. 1º e no art. 7º da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009".

Segundo. Nos termos do art. 10 da Lei nº 11.941/2009, com a redação dada pela Lei nº 12.024/2009, "Os depósitos existentes vinculados aos débitos a serem pagos ou parcelados nos termos desta Lei serão automaticamente convertidos em renda da União, após aplicação das reduções para pagamento a vista ou parcelamento".

Contudo, a própria Fazenda Nacional, em suas razões de recurso especial, informa que a decisão interlocutória, objeto do agravo de instrumento em que proferido o acórdão recorrido, foi revogada pelo Juízo de Primeiro Grau, *in verbis*:

Por ter ferido com precisão todos os pontos relevantes desta controvérsia, merece transcrição a decisão do Juízo de 1º Grau que revogou aquela que foi objeto do agravo de instrumento (decisão essa que o Tribunal de origem desconsiderou, por ter sido proferida após o julgamento do recurso):

"Em primeiro lugar, revejo a existência de preclusão acerca da possibilidade ou, não, do contribuinte se utilizar da opção do REFIS, eis que não foi oportunizado à União se manifestar previamente sobre a petição apresentada pela parte autora no E. TRF da 2ª Região informando o interesse em desistir e renunciar para os fins da Lei 11.941/09, vindo a ter vista dos autos apenas depois de proferida a decisão que as homologou (fl. 313).

Alem disso, seria uma afronta à isonomia admitir a adesão da autora ao REFIS, na forma do art. 7º da Lei 11941/2009, ainda que não tenha cumprido um dos requisitos exigidos para tanto, quando todos os outros interessados o fizeram.

(...)

Considerando ainda que já foi definida a destinação do depósito dos autos, tendo havido sua integral transformação em pagamento definitivo da União (fl. 390), incabível a inovação pretendida pela parte autora de apreciação de sua pretensão para os fins da Lei nº 12865/2013, de forma que neste ponto acolho integralmente as alegações da União"

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nesse contexto, diante da revogação da decisão interlocutória impugnada nos presentes autos, noticiada pela própria recorrente, não há utilidade prática do provimento jurisdicional pleiteado, revelando-se a ausência do interesse de agir pela perda superveniente do objeto do recurso especial.

Com efeito, sobrevindo decisão favorável à recorrente, em sentido contrário ao primeiro pronunciamento, conferindo novo curso à lide, mostra-se prejudicado o presente recurso, uma vez que seus argumentos restaram evidentemente superados.

Na forma da jurisprudência, "sendo incontroversa a reconsideração da decisão objeto do Agravo de Instrumento, é forçoso concluir pela sua prejudicialidade, ante a carência superveniente de interesse processual" (REsp 1.454.925/SP, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 16/10/2018, DJe 25/10/2018).

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Sem condenação ao pagamento de honorários recursais, porquanto não houve fixação de verba honorária na origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator